



SOLIDARIEDADE COM OS DESPEJADOS DE SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS!

COMUNICADO | ABRIL DE 2018



O PCP vem por esta via expressar a sua solidariedade com as mais de 100 famílias que estão em vias de ser despejadas das suas habitações, à custa de uma lei injusta e que é claramente um ataque aos mais desfavorecidos.

O direito à habitação destas famílias encontra-se assim colocado em causa por uma massiva operação de especulação imobiliária levada a cabo pela Fidelidade Seguros.

É URGENTE REVER A LEI DOS DESPEJOS, PELO DIREITO À HABITAÇÃO!

A situação destas famílias é a evidência de como a actual Lei n.º 33/2012, de 14 de Agosto, foi um indispensável instrumento concebido pelo Governo PSD/CDS, levada pela mão da então Ministra Assunção Cristas, para servir as intenções dos grandes senhorios e da actividade especulativa do capital financeiro no mercado imobiliário.

Neste sentido, o PCP, já nesta legislatura, apresentou uma proposta de revogação deste regime de arrendamento urbano, que tantas famílias tem prejudicado desde que foi aprovado. A verdade é que o PS se recusou a revogar a lei nas suas mais gravosas componentes, sendo apenas aceite pequenas alterações que em nada resolvem o problema de fundo.

Em comunicado a organização do PCP na freguesia de Santo António dos Cavaleiros expressa a sua solidariedade com as mais de 100 famílias que estão em vias de ser despejadas das suas habitações, à custa de uma lei injusta e que é claramente um ataque aos mais desfavorecidos.

O direito à habitação destas famílias encontra-se assim colocado em causa por uma massiva operação de especulação imobiliária levada a cabo pela Fidelidade Seguros.

A luta é o único caminho possível. É fundamental neste momento pressionar o governo PS para revogar esta gravosa lei.

É o direito à habitação de milhares de pessoas que está em causa, e é altura do PS se colocar do lado certo da questão.

Já chega de ver o PS na autarquia a dizer uma coisa, e outro PS na Assembleia da República a fazer outra completamente contrária.

O Partido Comunista Português mostra-se assim disponível para participar na luta com os inquilinos até que a lei seja revista e que se caminhe para um verdadeiro direito à habitação pelo que irá colocar novamente a discussão e votação na Assembleia da República a revogação desta lei e a aplicação de uma lei que proteja a parte mais fraca deste processo que são os arrendatários.

[Consultar comunicado aqui »](#)